



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

150

01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento Nº: 0324.444-0 – Recife
Agravante: Universidade de Pernambuco
Advogado: Dilane Gimino Martins PE029277
Agravado: Lucas Gabriel Eloi Moreno, representado por sua genitora, a Sra. Luciana Eloi da Silva Moreno
Advogado : Andryu Antônio Lemos da Silva PE019791
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. VESTIBULAR SERIADO. INSCRIÇÃO. PAGAMENTO DE TAXA A MENOR. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIA NA CONDUÇÃO DA INSCRIÇÃO. REGRAS EDITALÍCIAS. VINCULAÇÃO. MANUTENÇÃO DA LIMINAR. QUEBRA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. FRAGILIDADE DA PROVA APRESENTADA. AGRAVO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. O agravado, candidato ao SSA1 da UPE, triênio 2013/2015, após realizar inscrição *on-line*, dirigiu-se à Caixa Econômica Federal para realizar o pagamento da taxa correspondente. Constatou-se do conjunto probatório, ademais, que, malgrado o valor da taxa fosse de R\$70,00 (setenta reais), o candidato efetivou o pagamento do montante de R\$50,00 (cinquenta reais), o que, por seu turno, obsteu o deferimento de sua inscrição, implicando em óbice à sua participação nas provas.

2. Da análise das regras que regulamentam o referenciado concurso conclui-se que a inscrição dos candidatos realizava-se exclusivamente via internet e sua concretização dependia do pagamento integral da correspondente taxa, requisito este que se revela não apenas legal, mas também razoável. Ressalte-se que ao agravado não socorre o argumento de que o pagamento a menor da taxa de inscrição foi fruto de erro imputável ao funcionário da agência da Caixa Econômica Federal onde o boleto bancário da inscrição foi apresentado para pagamento, porquanto era de sua inteira responsabilidade promover a inscrição nos moldes das regras editalícias, a que teve acesso e conhecimento prévio.

3. Ciente do valor da taxa de inscrição e das consequências que adviriam de seu não pagamento integral, competia ao candidato ser diligente na promoção de sua inscrição, até ulterior constatação do seu deferimento pela Comissão Permanente do certame, sobretudo quando se tem em mente que está em jogo ingresso na universidade, não lhe sendo lícito transferir essa responsabilidade, com vistas à isenção do ônus, a terceiros não interessados. De fato, ao candidato responsável competia ler com atenção e integralmente as regras do certame, vinculatórias a todos os que nele pretendessem concorrer, de modo que, diante da conduta do funcionário da instituição bancária em cobrar valor inferior ao consignado no edital, de pronto constataria o equívoco e o desfaria efetuando o pagamento do montante integral.

4. Diante da não integralidade do pagamento da taxa de inscrição, outra não poderia ser a conduta da Comissão do SSA1 senão indeferir-lhe, sob pena de, ao agir de forma diversa, incorrer em afronta aos princípios da isonomia e vinculação ao edital. Some-se a isso fato de que o edital prevê a possibilidade de, em caso de pagamento não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

integral, o candidato emitir novo boleto e efetuar novo pagamento, do valor correto, desde que não ultimado o prazo do edital, conduta esta não adotada pelo ora agravado, o que reforça a tese de que ele não agiu de forma diligente na condução de sua inscrição no vestibular SSA1 em apreço.

5. Outrossim, subsiste, *in casu*, um fator que fragiliza ainda mais a justificativa apresentada pelo agravado, qual seja, a "prova" por ele apresentada nos autos da Ação Mandamental originária, trata-se de mera declaração de gerente bancário, afirmando que ex-funcionário da instituição bancária teria, negligentemente, registrado um valor inferior ao constante do boleto bancário apresentado pelo candidato, sem que tal documento sequer tenha firma reconhecida em Cartório, tampouco haja ratificação dos fatos ali declarados pela pessoa que se imputou como responsável pela conduta narrada na declaração.

6. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao agravo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento 0324.444-0, em que figuram, como Agravante, a Universidade de Pernambuco e, como agravado, Lucas Gabriel Eloi Moreno, representado por sua genitora, a Sra. Luciana Eloi da Silva Moreno, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento ao presente recurso, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de Julho de 2014.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

145
01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento Nº: 0324.444-0- Recife
Agravante: Universidade de Pernambuco
Advogado: Dilane Gimino Martins PE029277
Agravado: Lucas Gabriel Eloí Moreno, representado por sua genitora, a Sra. Luciana Eloí da Silva Moreno
Advogado : Andryu Antônio Lemos da Silva PE019791
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela Universidade de Pernambuco em face de Lucas Gabriel Eloí Moreno, representado por sua genitora, a Sra. Luciana Eloí da Silva Moreno, impugnando decisão proferida pela MM. Juíza da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife, Dra. Mariza Silva Borges, no bojo do Mandado de Segurança tombado sob o nº 0101566-87.2013.8.17.0001.

A Magistrada *a quo*, através da decisão impugnada (fls. 23/14), deferiu liminar no sentido de determinar às autoridades impetradas que garantissem a participação do impetrante, ora agravado, no vestibular SSA1, matutino, sem obstáculos e dificuldades, devendo-lhe informar, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) após o recebimento da intimação, o local em que o candidato deverá fazer suas provas, sob pena de multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Notícia que o agravado impetrou a ação mandamental originária, objetivando impugnar suposto ato coator do Reitor da Universidade de Pernambuco e do Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Acadêmicos da Fundação Universidade de Pernambuco, ao negar sua inscrição e consequente participação no vestibular seriado da UPE - SSA1.

Assevera, em síntese:

1) Que não houve a prática de qualquer ato coator por parte de autoridade da UPE, porquanto, ao negar a inscrição do ora agravado, nada mais fez senão cumprir o disposto no edital do certame para o SSA1/2014, que é claro em prever a eliminação do candidato que não pagar integralmente o valor da inscrição;

2) Que o edital é claro, ademais, em explicitar que a UPE não se responsabilizaria por quaisquer erros de ordem técnica e computacional e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

que impossibilitassem a transferência de dados, inclusive os pertinentes aos valores bancários relativos aos pedidos de inscrição;

3) Que o candidato que utiliza os serviços bancários, mesmo que esteja com absoluta boa-fé, e não confere os valores pagos, deve arcar com o ônus da ocorrência de eventuais equívocos da instituição bancária;

4) Que ela agravante não pode ser responsabilizada pela falha operacional praticada por terceiros e o equívoco ocorrido individualmente em relação a determinado candidato não tem o condão de afastar as regras expressas do concurso;

5) Que a questão deve ser resolvida a título de perdas e danos, mas tão somente entre o candidato e a instituição bancária que deu causa a não inscrição do ora agravado;

6) Que afastar as regras editalícias impostas a todos os candidatos, em favor do agravado, além de ferir o princípio da isonomia, implicaria em inaceitável ofensa ao princípio da vinculação obrigatória ao edital;

7) Que a manutenção do pedido liminar do autor implicaria em precedente de incalculável efeito multiplicador, que representaria subversão de toda uma lógica do sistema e afronta a segurança jurídica das relações.

Pugna pela concessão de efeito suspensivo, até julgamento definitivo deste recurso e, no mérito, pelo seu provimento, revogando-se a decisão impugnada.

Instada a se manifestar, a UPE prestou informações às fls. 111/112, noticiando que deu cumprimento à liminar de 1º Grau, submetendo o ora agravado às provas da primeira etapa do Sistema Seriado de Avaliação da UPE.

Esclareceu, ademais, que o SSA é realizado em três etapas, uma por ano, sendo, ao final, realizada uma média ponderada do desempenho dos três anos, e, no terceiro ano, é lançado um listão com as notas classificatórias para cada curso, cuja opção pelo candidato é efetuada neste momento.

Acresceu que o ora agravado inscreveu-se no SSA da UPE, triênio 2013/2015, para ingresso em 2016, de modo que não há que se falar em "aprovação" quando o candidato realizou tão somente a primeira fase, porquanto a aprovação só é apurada ao final da terceira etapa, após média ponderada do desempenho do concorrente ao longo dos três anos.

Esta Relatoria, às fls. 123/127, deferiu o efeito suspensivo almejado.



146

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

O *Parquet* manifestou-se às fls. 139/142, opinando pelo não provimento do presente agravo de instrumento, alegando, para tanto, que a exigência editalícia pertinente ao pagamento da taxa de inscrição foi atendido pelo agravado, devendo-se a erro de terceiros - agência bancária, a transferência a menor à Universidade, razão pela qual a negativa de sua inscrição revela-se desprovida de razoabilidade.

É o que de relevante se tem a relatar.

Inclua-se em pauta.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

151,

01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento Nº: 0324.444-0- Recife
Agravante: Universidade de Pernambuco
Advogado: Dilane Gimino Martins PE029277
Agravado: Lucas Gabriel Eloi Moreno, representado por sua genitora, a Sra. Luciana Eloi da Silva Moreno
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

Versa a lide em tela acerca da não validação da inscrição do agravado no Sistema Seriado de Avaliação – SSA da UPE, em virtude do pagamento a menor da respectiva taxa.

Compulsando os autos, verifica-se que o agravado, candidato ao SSA1 da UPE, triênio 2013/2015, após realizar inscrição *on-line*, dirigiu-se à Caixa Econômica Federal para realizar o pagamento da taxa correspondente.

Constata-se do conjunto probatório, ademais, que, malgrado o valor da taxa fosse de R\$70,00 (setenta reais), o candidato efetivou o pagamento do montante de R\$50,00 (cinquenta reais), o que, por seu turno, obstou o deferimento de sua inscrição, implicando em óbice à sua participação nas provas.

Para resolução desta demanda, mister se faz que analisemos as disposições do edital de abertura do Vestibular SSA1 da UPE:

"4.1. As inscrições serão efetuadas, exclusivamente, via Internet, através do endereço eletrônico WWW.upe.br/processodeingresso.

(...)

4.6.3. O pagamento do boleto bancário com valores inferiores à taxa de inscrição da 1ª fase do SSA implicará na sua anulação, sendo necessário realizar um novo pagamento de um novo boleto de forma integral, dentro do prazo estipulado para a inscrição da 1ª fase do SSA.

(...)

4.9.4. A Comissão Permanente de Concursos Acadêmicos não se responsabilizará por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores dos candidatos, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação bem como outros fatores de natureza tecnológica que impossibilitem a transferência de dados."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Da análise das regras que regulamentam o referenciado concurso conclui-se que a inscrição dos candidatos realizava-se exclusivamente via internet e sua concretização dependia do pagamento integral da correspondente taxa, requisito este que se revela não apenas legal, mas também razoável.

Ressalte-se que ao agravado não socorre o argumento de que o pagamento a menor da taxa de inscrição foi fruto de erro imputável ao funcionário da agência da Caixa Econômica Federal onde o boleto bancário da inscrição foi apresentado para pagamento, porquanto era de sua inteira responsabilidade promover a inscrição nos moldes das regras editalícias, a que teve acesso e conhecimento prévio.

Ora, ciente do valor da taxa de inscrição e das consequências que adviriam de seu não pagamento integral, competia ao candidato ser diligente na promoção de sua inscrição, até ulterior constatação do seu deferimento pela Comissão Permanente do certame, sobretudo quando se tem em mente que está em jogo vaga para ingresso na universidade, não lhe sendo lícito transferir essa responsabilidade, com vistas à isenção do ônus, a terceiros não interessados.

De fato, ao candidato responsável competia ler com atenção e integralmente as regras do certame, vinculatórias a todos os que nele pretendessem concorrer, de modo que, diante da conduta do funcionário da instituição bancária em cobrar valor inferior ao consignado no edital, de pronto constataria o equívoco e o desfaria efetuando o pagamento do montante integral.

Diante da não integralidade do pagamento da taxa de inscrição, outra não poderia ser a conduta da Comissão do SSA1 senão indeferi-la, sob pena de, ao agir de forma diversa, incorrer em afronta aos princípios da isonomia e vinculação ao edital.

Some-se a isso fato de que o edital prevê a possibilidade de, em caso de pagamento não integral, o candidato emitir novo boleto e efetuar novo pagamento, do valor correto, desde que não ultimado o prazo do edital, conduta esta não adotada pelo ora agravado, o que reforça a tese de que ele não agiu de forma diligente na condução de sua inscrição no vestibular SSA1 em apreço.

Observe-se, outrossim, que, *in casu*, subsiste um fator que fragiliza ainda mais a justificativa apresentada pelo agravado, qual seja, a "prova" por ele apresentada nos autos da Ação Mandamental originária, trata-se de mera declaração de gerente bancário, afirmando que ex-funcionário da instituição bancária teria, negligentemente, registrado um valor inferior ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

152,

01

constante do boleto bancário apresentado pelo candidato, sem que tal documento sequer tenha firma reconhecida em Cartório, tampouco haja ratificação dos fatos ali declarados pela pessoa que se imputou como responsável pela conduta narrada na declaração.

Ante o exposto, voto pelo PROVIMENTO do presente recurso.

Recife, 07 de Julho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator